



Anais da Assembléia

N.º 49

CURITIBA, QUINTA-FEIRA EM 30 DE MAIO DE 1985

ANO XI

Resoluções:

RESOLUÇÃO N.º 01/85

DATA: 20 de maio de 1985

SÚMULA: Autoriza a Comissão Executiva instituir medalhas, do "COMERCIÁRIO DO ANO" e do "OPERÁRIO PADRÃO", e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica autorizada a Comissão Executiva a instituir medalhas, para a premiação do "Comerciário do Ano" e do "Operário Padrão".

§ 1.º - O "Comerciário do Ano" será o que for laureado com o primeiro lugar do concurso "Comerciário do Ano", promovido pelo Serviço Social do Comércio (SESC), Administração Regional.

§ 2.º - O "Operário Padrão" será o que for laureado com o primeiro lugar na campanha do "Operário Padrão", realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e o Serviço Social da Indústria (SESI), em colaboração com os jornais "O GLOBO", do Rio de Janeiro, e "O Estado do Paraná", de Curitiba.

Art. 2.º - A Comissão Executiva, através do Decreto Legislativo, estabelecerá os critérios para a regulamentação e demais disposições para a concessão da referida homenagem, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação da presente Resolução.

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 20.05.85.

NILSO SGUAREZI
Presidente

RESOLUÇÃO N.º 03/85

DATA: 21 de maio de 1985

SÚMULA: Denomina "Presidente TANCREDO NEVES" o prédio em construção que servirá aos Gabinetes dos Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - Fica o prédio que abrigará os gabinetes dos Senhores Deputados, denominado "PRESIDENTE TANCREDO NEVES".

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 21.05.85.

NILSO SGUAREZI - Presidente

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 11.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1985.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (34). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Airtton Cordeiro, Augusto Carneiro, Dirceu Manfrinato, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Hermas Brandão, Homero Oguido, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (23). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência

para a tramitação do Projeto de Lei n.º 74/85, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná à Senhora MARLY MACIEIRA SARNEY.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consagração nos Anais da Casa, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor ANTONIO LOSSO, ocorrido no Município de Guarapuava.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência ao Senhor Reinaldo Losso, à rua Xavier da Silva, S/N, Lagoa das Lagunas, Município de Guarapuava, para que o mesmo de conhecimento a todos os seus familiares da nossa intenção.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) LEONIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando suas atribuições regimentais, REQUER, após a livre e soberana manifestação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao homem de televisão José Jamur Júnior, que, no próximo dia primeiro de junho, completa 30 anos de atividades profissionais na imprensa paranaense.

JAMUR JÚNIOR, iniciou sua carreira na Rádio Ypiranga de Palmeira, trabalhando depois em diversas outras estações de rádio, tendo atuado como colaborador de importantes jornais desta Capital e sendo hoje um dos maiores comunicadores da televisão brasileira, responsável pelo comando do informativo Jornal do Meio-Dia, da Televisão Iguaçu, Canal 4.

É um profissional sério, cuja militância profissional tem estado, ao longo desses 30 anos, a serviço da comunidade paranaense.

Trata-se de um grande profissional, respeitado e admirado por milhões de paranaenses, digno do reconhecimento e do louvor desta Assembléia Legislativa.

Requeiro, ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao homenageado, na Televisão Iguaçu, e ao diretor-presidente da empresa, doutor Paulo Pimentel.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Curitiba, quinta, em 30.05.85

REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja formada uma comissão composta de no mínimo três Deputados, representando o Poder Legislativo do Paraná, para participar da visita ao "Projeto Carajás", no Estado do Pará, que terá início no dia 14.06 e retorno previsto para o dia 18.06.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento se faz, em virtude do convite feito pessoalmente pelo Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Doutor ELIEZER BATISTA, no sentido de conhecer os projetos desta Companhia, onde através da integração Ferrovia/Porto/Navegação, se conseguiu reduções substanciais nos custos dos transportes, atingindo, em alguns casos, mais de 70%.

Assim, com a idéia paranaense de se construir a "Ferrovia da Produção", ligando Paranaguá a Foz do Iguaçu e, numa segunda etapa, a Assunção- Paraguai, entendemos ser necessário conhecermos estes projetos.

Além do que, com os ramais ferroviários ganhando o norte e o Sudoeste do Estado, e a possibilidade da integração Hidroviária do Rio Ivaí, no Paraná, e do Rio Paraguai, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ligando com Assunção, poderíamos transportar 100 milhões de toneladas/ano, com economia inimagináveis, e proporcionando uma maior competição de nossos produtos nos mercados internacionais.

O interesse da Companhia Vale do Rio Doce, está no fato de existir no sul de Mato Grosso, na região de Cáceres, grandes jazidas de minério, cuja exploração depende de transporte eficiente e barato.

Segundo estudos, este minério poderia descer em barcas pelo Rio Paraguai, até Assunção, e dali ser escoado via Porto de Paranaguá. Além de grande parcela de recursos para a implantação deste projeto, deverá ser conseguido junto a grupos privados nacionais, preferencialmente paranaenses, dará oportunidade ao empresariado de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado o Anteprojeto de Lei em anexo que trata da alteração da Lei Orgânica do ICM no tocante a incidência do ICM entre a diferença do preço a vista e a prazo realizado sem interferência de instituições financeiras.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A Lei estadual (projeto incluso) se editada, isoladamente, pelo Paraná, sem a prévia existência de Convênio do CONFAZ ou de lei complementar federal, não será inconstitucional porque não está concedendo benefício de excluir o ICM sobre os rendimentos do capital do varejista que atende, com seus próprios recursos, as vendas a prazo ao consumidor final, pois o que se pretende é apenas afastar a incidência, incorreta, sobre o valor da simples atualização monetária.

Essa circunstância diferenciará a lei paranaense dos "decretos" catarinenses (n. 20.732/83) e gaúcho (n. 31.822/85) em relação aos quais se pode suscitar dúvidas de ordem constitucional, pois tais diplomas, concedem, unilateralmente, sem prévia aprovação do CONFAZ ou de lei complementar federal, o benefício de exclusão do ICM sobre os rendimentos do capital do comerciante varejista, além de também excluí-lo sobre a correção monetária.

Para melhor compreensão juntamos as razões contidas na crônica do articulista Plínio G. Prado Garcia da "Gazeta mercantil" (Edição de 21.11.84).

Por outro lado, desde 1983, maio, que a Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná vem mantendo contato com a Secretaria de Finanças, sem que até aqui tenha encontrado ressonância em suas pretensões.

O próprio autor desta preposição, em 1984, março, encaminhou requerimento ao Governo do Estado, enfatizando a necessidade de ser convocada uma Comissão Especial para estudar a matéria, no que não foi atendido até a presente data.

O pleito da não incidência do ICM nos financiamentos próprios, é matéria legítima, pois os acréscimos efetuados nos financiamentos são de cunho financeiro, ou seja, a simples correção monetária, como usualmente é efetuado por Instituições Financeiras.

A DUPLA INCIDÊNCIA DE ICM NA VENDA A PRAZO E NO CRÉDITO

Plínio G. Prado Garcia (*).

As autoridades fiscais paulistas estão adotando orientação que fere os direitos de empresas e contribuintes do ICM nas operações de venda a prazo ou sob crédito direto ao comprador, com conseqüente encarecimento das mercadorias e maior índice inflacionário do custo de vida.

Essa conclusão extrai-se de recente

manifestação da consultoria tributária da Secretaria da Fazenda paulista ao discorrer a respeito da incidência do ICM sobre os juros dos cartões de credenciamento.

A vista da definição legal de base de cálculo do ICM, não se pode negar que nela se integrem, efetivamente, os juros apurados nas operações de venda a prazo, entre vendedor e comprador.

Todavia, em primeiro lugar, cumpre distinguir qual a verdadeira extensão do significado de "juros", nesse contexto. Em outras palavras, torna-se necessário depurar dos "juros" todos e quaisquer outros valores que neles não se integrem, de tal modo que esse termo se traduza apenas em "rendimento de capital".

Entendido assim o termo "juros" como rendimento de capital, logo se verá que não poderá ser confundido com correção monetária, posto que esta, aplicando-se sobre o capital inicial, vem a constituir aquele próprio capital expressado em novas bases monetárias.

Logo, o ICM, em hipótese alguma, poderá incidir sobre a correção monetária do capital, quando já tenha incidido, antecipadamente, sobre o próprio capital original.

Desse modo, a título de exemplo, uma mercadoria vendida a vista, digamos por CR\$ 100 mil, contém, embutidos no seu preço de venda CR\$ 17 mil de ICM.

No entanto, se o industrial ou o comerciante a venda a prazo, digamos por CR\$ 200 mil, o ICM a ser recolhido será de CR\$ 34 mil, já no mês seguinte ao da operação mercantil. Mas, se por força da inflação, os CR\$ 200 mil passaram a representar os mesmos CR\$ 100 mil, verifica-se que a incidência do ICM passou a ser de 34%, ou mais, o que constitui alteração ilegal de sua alíquota.

Esse raciocínio torna-se muito mais evidente se nesse exemplo, em vez de nos referirmos a cruzeiros, o fizermos em termos de ORTN. Assim se o preço de venda a vista da mercadoria for de 10 ORTN, nele estará embutido o ICM correspondente a 1,7 ORTN. Mas, se o industrial ou comerciante a venda a prazo, pelas mesmas 10 ORTN não se poderá cogitar de nova incidência do ICM, que já incidiu sobre o valor total da operação, por ocasião da venda e compra, com a saída da mercadoria, devendo ter sido recolhido aos cofres da Fazenda Estadual no mês subsequente. Neste caso, é irrelevante se o comprador se obrigou a pagar o valor correspondente às 10 ORTN em 30, 60, 90 dias ou mais. Também será evidente que o número de unidades monetárias (cruzeiros) se alterará, em virtude da inflação, até final pagamento das prestações. Nem por isso será lícito

ao estado pretender a incidência do ICM sobre a diferença nominal dos cruzeiros, entre o número inicial de cruzeiros correspondente às 10 ORTN, na data da operação, e o número final. Pois nenhum acréscimo terá aí havido, se o resultado se traduzir no mesmo número de ORTN.

Veja-se, ademais, que esse maior número de unidades monetárias, não excedente, porém, ao número original de ORTN, não pode, pois, ser tido como "acréscimo" ou outras "vantagens" para fins de incidência do ICM, uma vez que em nada representa alteração da base de cálculo inicial sobre a qual incidiu o imposto.

Agrava-se, dessa maneira, essa situação, em detrimento das empresas e contribuintes em geral, quando se sabe que a orientação seguida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo é praxe em quase todos os estados do País.

Incorrem, também, em grave equívoco as autoridades tributárias estaduais quando pretendem enquadrar as operações de crédito direto do vendedor da mercadoria ao comprador nos mesmos efeitos da venda a prazo.

Pelo impacto que o ICM tem na economia nacional, como fator que influi diretamente no custo de vida, não é difícil entrever que as conseqüências dessa atitude e orientação das autoridades tributárias se revestem de importância muito maior do que a ora discutida inconstitucionalidade do Fundo Nacional de Telecomunicações, nos moldes em que vem sendo cobrado.

Mas nem todo mal é desprovido de remédios. Assim, as empresas industriais e os comerciantes que o desejarem poderão valer-se de alternativas legais capazes de impedir a dupla incidência do ICM nessas operações de venda a prazo ou crédito direto do vendedor ao comprador da mercadoria.

Em parecer jurídico que preparamos a respeito do assunto, chega-se à conclusão devidamente fundamentada em princípios constitucionais e tributários de que é perfeitamente possível evitar que o ICM venha a incidir sobre parte ponderável do valor da operação. Para isso, bastará que as empresas se ajustem a certos procedimentos jurídicos relativamente simples.

Seja como for, entendo que as empresas prejudicadas pela pretensão das autoridades tributárias estaduais, em situações como as que ora acabamos de expor, teriam meios de defender seus direitos não só na esfera administrativa como também na área judicial.

Ainda há pouco tempo tive a oportunidade de participar da mesa do

Simpósio Nacional de Direito Tributário, promovido pelo Centro de Estudos de Extensão Universitária, nesta capital. Especialistas em Direito Tributário de todas as partes do País ali examinaram e discutiram os trabalhos de outros colegas sobre o tema das presunções no Direito Tributário. Em resumo, concluiu-se que ninguém pode ser tributado com base em meras presunções sem que se lhe dê todos os meios de defesa legalmente possíveis e constitucionalmente autorizados.

E, de igual modo, a defesa dos direitos do contribuinte de impostos só será válida na medida em que, efetivamente, venha a ser exercida, no caso prático. Assim, ao fazê-lo, estará o contribuinte agindo não só em seu benefício direto, mas igualmente favorecendo maior difusão do estado de direito. Ou, nestes casos envolvendo a cobrança a maior de ICM, combatendo-a, estarão industriais e comerciantes conseguindo redução de custos e, conseqüentemente, aumento de suas vendas.

(*) Advogado em São Paulo.

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei Orgânica do ICM (Lei n.º 6.364 de 29 de dezembro de 1972).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Ao art. 39 da Lei n.º 6.364 de 29 de dezembro de 1972 ficam acrescidos os seguintes parágrafos:

"§3.º - Na venda a prazo, em prestações, promovida por estabelecimento comercial varejista ao consumidor final, sem a interveniência de instituição financeira, será permitido o estorno parcial de débito correspondente à incidência do ICM sobre a correção monetária integrante do preço como acréscimo financeiro."

"§4.º - A Secretaria das Finanças estabelecerá, periodicamente, com base em critérios quantitativos correspondentes à estimativa da variação das obrigações reajustáveis do tesouro nacional e do número de prestações, tabela contendo os indicadores necessários ao cálculo do estorno de débito a que se refere o parágrafo anterior.

"§5.º - A Secretaria das Finanças expedirá norma estabelecendo as demais obrigações acessórias relativas ao estorno de débito previsto no §3.º."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser

regulamentada no prazo de até..... dias.

Palácio do Governo, em Curitiba.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado do Paraná.

**TABELA SIMULADA PARA ESTORNO PARCIAL
DE DÉBITO DO ICM INCIDENTE SOBRE
CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRANTE**

Preço a Prazo	1985		
Mês	Número Prestações	%/Correção Projetada (1)	Índice/Estorno ICM (2) (3)
Maio	1	11,88	2,013
Junho	2	23,47	3.989
Julho	3	35,52	6.038
Agosto	4	47,36	8,051
Setembro	5	59,18	10,061

Observações:

(1) % da correção monetária plena e acumulada (por média trimestral), embutida no preço a prazo.

(2) Multiplicando-se o índice relativo ao número de prestações pelo valor total da venda a prazo, obtém-se, diretamente o valor do estorno de débito do ICM, que corresponde a 17% do percentual da correção monetária projetada.

(3) O índice de estorno é extraído pela relação percentual de 17% sobre a percentagem da correção projetada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que esta Casa encaminhe apelo ao Ministro da Agricultura, Pedro Jorge Simon, ao Delegado da Agricultura, Roulien Basaglia, e ao Presidente do CENEA, Ariovaldo Cobra, para instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola- CENEA, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

As largas potencialidades econômicas do Município de Cascavel, unidade polo de vasta região, acrescida dos recursos já assegurados através do funcionamento de um ensino superior da melhor qualidade no campo agrícola, disciplina perfeitamente afim com as finalidades do núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola.

O Município constitui ainda, um dos significativos exemplos do êxito do cooperativismo que, através de dezenas de entidades prestadoras de relevantes

serviços ao desenvolvimento econômico e social da região.

A presença ali, de organismos que aprimorem os meios de produção, é da mais alta importância não só para o Paraná como também para o Brasil. O aperfeiçoamento da engenharia agrícola, elevando padrões do ensino, através de maiores conhecimentos e novas técnicas, resultará na formação de profissionais de níveis compatíveis com as exigências da agricultura nacional, dando ao nosso País melhores condições de competitividade no mercado externo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deni Lineu Schwartz, solicitando imediatas providências, no sentido de que seja ALTERADO o traçado do trecho da Rodovia Parigot de Souza- PR- 092, na altura do Trevo que situa os cruzamentos da Avenida Avelino Antonio Vieira, com acesso a ARAPOTI, e a estrada que conduz à Fábrica de papel de propriedade do Conglomerado Bamerindus e ao Projeto POTI, no Município de Arapoti.

Em se tratando de Rodovia que cruza o perímetro urbano do Município, ressalte-se que na referida área está localizada a Vila Romana, local onde também serão construídas novas unidades residenciais pela COHAPAR, através do Projeto Mutirão.

Como área de confluência, o mencionado Trevo constitui-se ponto de saída para trabalhadores bóias-frias da região, e, portanto, local de grande demanda de transeuntes, levada em consideração a população existente naquelas imediações, que é da ordem de aproximadamente 5.000 pessoas.

Diante de tais dados, pode-se concluir da necessidade urgente, em termos de segurança, do empreendimento ora enfocado, pois que, o fechamento da área central do Trevo, com desvio da Rodovia PR- 092 pelas suas laterais (contornos), seria, s.m.j., a solução mais viável para se equacionar o problema e evitar fatos desastrosos como há muito vêm ocorrendo naquele trecho, onde acidentes ocasionados comumente pelo excesso de velocidade e imprudências, tomam proporções cada vez maiores, ceifando vidas e pondo a população em pânico, a exemplo do verificado no último dia 24, quando foi atropelado e morto um escolar que retornava à sua residência.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Diretor do Detran do Paraná, Doutor Francisco Deliberador Neto, solicitando a criação de uma Ciretran na cidade de Cambé. Entendemos que a cidade de Cambé, com mais de 75 mil habitantes comporta, perfeitamente, uma Ciretran, já que cidades com menor população já dispõem desse tipo de serviço próprio.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

RREQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a criação, com urgência, de uma Delegacia Especializada em Furtos e Roubos de Veículos na cidade de Londrina.

É conveniente salientar que Londrina conta hoje com quase 400 mil habitantes e possui apenas quatro distritos policiais. Entendemos que a criação desta especializada em roubo de veículos, muito contribuiria para diminuir o grande número de ocorrências nesta área.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1985.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, propondo a realização de estudos visando a criação de uma feira do produtor rural no Conjunto Habitacional, construído por mutirão, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

O Conjunto Habitacional, localizado em Campo Mourão, foi construído na forma de mutirão, que acabou por envolver praticamente toda a comunidade. Destinado a abrigar famílias de baixa-renda, a referida unidade de residências é, atualmente, uma realidade concreta, coroando, portanto, os inúmeros esforços de todos.

Entretanto, por ser um conjunto concluído recentemente, é importante lotá-lo de estruturas e meios pelos quais sejam possíveis o bem-estar das famílias moradoras.

Neste sentido, a feira do produtor é

Curitiba, quinta, em 30.05.85

um benefício que está sendo reivindicado. Baseando-se de forma especial a iniciativa do Ilustríssimo Senhor Aparecido Gonçalves de Oliveira, que é mutirante, a feira do produtor a se realizar naquele conjunto, permitirá, sem dúvida alguma, que todas as pessoas possam adquirir produtos alimentícios a preços mais acessíveis, particularmente os de menor poder aquisitivo.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar que essa Secretaria de Estado da Agricultura, mediante estudos apropriados, determine a criação de uma feira do produtor em Campo Mourão, especificamente no referido núcleo de casas.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a construção de mais quatro salas de aula para a Escola Vinícius de Moraes, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

Foi realizada recentemente, uma reunião comunitária a fim de debater problemas relacionados direta e indiretamente com os conjuntos habitacionais construídos pela COHAPAR em Campo Mourão. Foram muitos os assuntos que mereceram atenção especial por parte dos presentes. Porém, o setor educacional é que foi muitíssimo destacado.

No que diz respeito a Escola Estadual Vinícius de Moraes, existe no Conjunto Doutor Milton Luiz Pereira, as lideranças de bairros entenderam ser indispensável a construção de quatro salas novas naquele conceituado estabelecimento.

Tendo em vista a importante solicitação, inclusive além de possibilitar melhor acomodação aos alunos matriculados regularmente, permitirá especialmente aumentar o número de vagas, cuja demanda tem crescido muito ultimamente.

A Escola Vinícius de Moraes, por não possuir condições financeiras próprias para a concretização da pretendida obra, a participação dessa Fundação e Secretaria de Estado da Educação é algo extremamente importante quanto indispensável.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação de uma convênio para melhor atender o gabinete dentário existente na Municipalidade de Roncador.

A presente solicitação é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Joaquim Rodrigues da Silva. Segundo aquele integrante do Poder Legislativo local, nos dias de hoje existem algumas dificuldades quanto às condições de funcionamento do referido gabinete dentário mantido pela Administração Municipal.

Neste sentido, a proposta apresentada é a criação de um convênio a ser firmado por essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social e a Administração Municipal de Roncador. Através de tal compromisso, sem dúvida alguma, será possível proporcionar diversos benefícios para o setor, notadamente com relação a ampliação do atendimento.

Ademais, torna-se importante ressaltar que gabinete dentário precisa de novos equipamentos, mais adequados à realidade, assim como materiais destinados à sua operação.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário da Cultura e do Esporte e ao Superintendente da PARANATUR solicitando providências para a regularização da posse dos imóveis de 57 famílias de Matinhos que têm suas propriedades no local onde seria implantado o Parque de Turismo.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) NELSON BUFFARA.

JUSTIFICATIVA:

Há mais de 40 anos, 57 famílias de pescadores requereram ao Serviço do Patrimônio da União, uma área de terras no Município de Matinhos. Lá passaram a viver sem problemas, praticando a pesca artesanal. Ocorre que há 10 anos a PARANATUR, com o objetivo de instalar um parque no local onde moram os pescadores, prometeu indenizar os proprietários. No entanto, a indenização não saiu e nem o Parque foi implantado.

Com a desistência da implantação do

Parque não se olhou o problema social dos pescadores que estão morando em situação legalmente irregular, apesar de residirem a quatro décadas em suas posses. A regularização da posse é necessária a fim de evitar o clima de intranquilidade e de tensão social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado das Finanças, solicitando que o credenciamento dos suinocultores e avicultores, para isenção do ICM do milho, seja realizado apenas através da APS e da APAVI, conforme estipulado em convênio.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

No recente convênio firmado entre as Secretarias de Estado das Finanças e da Agricultura, a Delegacia do Ministério da Agricultura, a Associação Paranaense dos Avicultores e a Associação Paranaense dos Suinocultores, foi estipulado que a APS e a APAVI seriam as entidades responsáveis pelo credenciamento dos suinocultores e avicultores, com vista a concessão do benefício da isenção do ICM do milho "in natura" ou como integrante de ração balanceada, isto porque, estas entidades são as legítimas representantes dos produtores, sendo portanto, as que oferecem condições para executar o que foi estabelecido no convênio.

Estranhamente observamos, após a assinatura do convênio, pressões no sentido de que as indústrias ligadas ao setor pudessem também exercer o credenciamento, o que não contribuiria em nada para o bom andamento do convênio, pois descentralizaria o credenciamento, dificultando a sua execução. Além disso estaria sendo prejudicada uma das principais promessas do Governador José Richa: o apoio e o prestigiamto do Governo Estadual às entidades de classe.

Portanto, solicitamos à Secretaria de Finanças que o credenciamento dos suinocultores e avicultores seja executado apenas pela APS e pela APAVI, conforme acertado anteriormente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Cultura e Esporte, no

sentido da liberação de recurso de ordem financeira a ser aplicado na conclusão do ginásio de esportes localizado na Municipalidade de Terra Boa.

O ginásio de esportes situado naquela cidade teve as suas obras iniciadas há muito tempo. Entretanto não procurou se prever a disponibilidade que se teria, em termos de verbas, que assegurasse a sua conclusão. Pois o que se pretendia, na realidade, era, por parte dos políticos locais como da esfera estadual, fazer política utilizando-se de promessas calcadas numa antiga reivindicação daquela comunidade, particularmente do setor esportivo.

Ao assumir a chefia do Executivo Municipal, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Elso Garcia Segura, passou a vivenciar este problema. O que tem provocado insatisfação ainda maior da população não é apenas o fato de aquela obra ter desde épocas anteriores, ficado paralisada. Mas sim de que, os materiais que foram empregados estão expostos ao tempo, cujas condições climáticas têm feito com que muitos dos mesmos fiquem danificados, o que, naturalmente, ampliará os problemas.

A Administração Municipal de Terra Boa, com apoio total do conjunto dos Vereadores, quer, imediatamente, o término do ginásio. Para tanto, tornar-se indispensável o apoio dessa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte, liberando recursos que permitam pôr fim a um velho problema.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido do envio de uma ambulância, devidamente equipada, para a Municipalidade de Ubatã.

A Administração Municipal de Ubatã só possui uma ambulância, que em estado muito precário, não tem permitido um atendimento satisfatório e abrangente para a população. Tal informação é prestada, através de ofício encaminhado, pelo Ilustríssimo Senhor Simão Alves Cardoso. Como Membro do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ele informa ser de fundamental importância dar uma condizente estrutura à saúde, notadamente aos mais necessitados.

Ademais, a Prefeitura Municipal, conforme também informa o

Culicida, quença, em 30.05.85

Senhor Presidente, a Prefeitura Municipal de Culicida, que possui uma ambulância, que passou a ser utilizada para o transporte de doentes, e que não possui mais a garantia de manutenção, requer o envio de uma ambulância

Para a cidade de Culicida, a ambulância Pasta é algo indispensável para o envio de uma ambulância equipada para o Município de Culicida, principalmente atenderá os doentes que precisam se deslocar para centros médicos, a fim de se submeterem a tratamentos médico-hospitalares.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, no sentido de que, conforme convênio existente, destine cota de leite "in natura" para a Municipalidade de Moreira Sales.

O Governo Federal, através da FAE - Fundação de Assistência ao Estudante e Cooperativas, firmou um convênio para a doação de leite "in natura" às crianças em idade pré ou escolar.

No que diz respeito ao Município de Moreira Sales, aquele tipo de leite, com relação ao 2º trimestre, não foi ainda liberado. Tal realidade só tem ocasionado uma série de transtornos, já que são muitas crianças carentes que precisam daquele produto.

Dada a exposição de motivos, espera-se desse Ministério de Educação o necessário encaminhamento. Atendendo, deste modo, reivindicação formulada pela Ilustríssima Senhora Sirlei Degraf Uchôa, que é coordenadora do Programa Municipal de Alimentação Escolar daquela cidade.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um posto policial na Vila Guarujá, Municipalidade de Campo Mourão.

Morador há muitos anos, o Ilustríssimo Senhor Wilson Guilherme Abegg é o autor da presente solicitação, relacionada àquela Vila de Campo Mourão. Ele ainda informa que, atualmente, tem sido muitas as reclamações feitas por parte dos que

residem na Vila Guarujá.

Neste sentido, objetivando dar mais segurança ao conjunto de casas lá existentes, a solução apresentada se dá através da criação e instalação de um posto policial capaz de proporcionar maior tranqüilidade a todos, no que a participação dessa Secretaria de Estado da Segurança é perfeitamente indispensável.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 94/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Compete exclusivamente ao Poder Executivo através de verbas orçamentárias próprias da Secretaria da Justiça, prover as despesas e investimentos no sistema penitenciário do Estado.

Art.2.º - Fica revogada a lei 7809 em 20.12.1983, que instituiu a cobrança de 20% sobre os valores de custas judiciais para a formação do Fundo Penitenciário.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A Justiça brasileira, por inacessível à parcela mais pobre da Nação, tem sido acusada de ser instrumentalizada pelo poder econômico para manter os seus privilégios. É lenta e, principalmente, uma Justiça cara. Daí ter encontrado reação enorme dos meios forenses a legislação que instituiu o Fundo Penitenciário, através de incidência sobre o valor das custas judiciais, que ficaram encarecidas em 20%. O poder Judiciário nada tem com a manutenção das despesas prisionais, nem os reivindicantes de direitos poderiam ser obrigados a pagar mais que os demais cidadãos pela manutenção do encarcerado. A Ordem dos Advogados do Brasil já se manifestou contrária a essa cobrança, sem ter merecido qualquer resposta do Executivo. Não bastasse isso, o próprio Judiciário reajusta regularmente os chamados VRC (Valor de Referência de Custas) colocando a nossa Justiça fora do alcance das classes menos favorecidas.

PROJETO DE LEI N.º 95/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Patobranquense do

Meio Ambiente - APAMA, com sede e foro no município de Pato Branco, neste Estado.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 08 de agosto de 1979, a Associação Patobranquense do Meio Ambiente - APAMA, há mais de uma década vem cumprindo com seriedade o disposto em seus estatutos.

Defendendo condições que possibilitem a produção de bens necessários ao homem, em harmonia com a natureza e em consonância com o direito das gerações à vida, é inegável a sua utilidade pública.

Os membros da Diretoria nada percebem pelo exercício de quaisquer de seus cargos eletivos.

Pretendemos, enfim, com a apresentação deste plano de lei, prestar um preceito de reconhecimento àquela entidade, pelos relevantes serviços prestados à comunidade que serve desde a sua fundação, como bem comprova a documentação que anexamos ao presente.

PROJETO DE LEI N.º 96/85.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, a JOSÉ JOFFILY, paraibano de Campina Grande, nascido a 25 de março de 1914, ex-parlamentar cassado, constituinte de 1946, escritor e historiador, radicado no Estado do Paraná, em Londrina, desde 1970.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

José Joffily Bezerra de Melo nasceu em Campina Grande (PB) no dia 25 de março de 1914, filho de Antônio Bezerra de Melo, funcionário público, e de Maria Joffily Bezerra de Melo, professora. Entre seus familiares, destacou-se Irineu Joffily, interventor federal no Rio Grande do Norte de 1930 a 1931 e deputado pela Paraíba à Assembléia Nacional Constituinte em 1934.

Fez o curso primário no Grupo Escolar Tomás Mindelo e o secundário no Liceu Paraibano e no Colégio Diocesano Pio X, ambos na capital paraibana. Ainda estudante secundarista, apoiou o movimento que resultou na Revolução de 1930, tendo participado do assalto ao 22º Batalhão de Caçadores, em João Pessoa.

Em 1935 foi acusado de envolvimento no levante deflagrado pelos comunistas em nome da Aliança Nacional Libertadora no mês de novembro, com o objetivo de derrubar o governo de Getúlio Vargas e implantar no país um "governo popular revolucionário". O movimento eclodiu em Natal no dia 23, estendendo-se depois a Recife e ao Rio de Janeiro. O malogro da insurreição desencadeou violenta reação por parte

do governo, que determinou a prisão não apenas de comunistas, mas também de milhares de opositores das mais distintas tendências políticas. Detido, Joffily teve negado pela Corte Suprema como era então chamado o Supremo Tribunal Federal, o "habeas corpus" impetrado em seu favor em fevereiro de 1936, sendo libertado somente mais tarde. cursou as Faculdades de Direito do Rio de Janeiro e de Recife, bacharelando-se por esta última em dezembro de 1938.

Antes de iniciar a carreira política, ocupou os cargos de assistente técnico do Departamento de Cooperativismo do estado da Paraíba, em 1939, de diretor comercial dos Serviços Elétricos da Paraíba e promotor público em Pernambuco, em 1940, de diretor da Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PE), de 1941 a 1942, e de secretário estadual de Agricultura, Viação e Obras Públicas da Paraíba durante a interventoria de Rui Carneiro, de 1942 a 1945. Participou, ainda, como representante paraibano, do Congresso de Estudos dos Vales Úmidos do Nordeste, realizado em Natal em 1943.

Com a redemocratização do país em 1945, elegeu-se em dezembro desse ano deputado pela Paraíba à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumindo o mandato em fevereiro do ano seguinte, manifestou-se em defesa da propriedade estatal do subsolo e das quedas d'água, tese que se transformou no artigo 152 da nova Constituição. Com a promulgação da nova Carta (16/9/1946), passou a exercer o mandato legislativo ordinário e ainda nessa legislatura presidiu a Comissão Permanente de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados.

Reeleito em outubro de 1950 e de 1954, viajou em 1955 para Roma como delegado do Brasil junto à Conferência Anual da Food and Agriculture Organization (FAO), agência aliada ao sistema das Nações Unidas com sede na capital italiana.

De abril de 1956 até o final da legislatura, em janeiro de 1959, seria líder e vice-líder da maioria e do PSD na Câmara dos Deputados, tornando-se também um dos fundadores da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), lançada na Câmara através de um manifesto divulgado em 1956 e composta por deputados do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) da União Democrática Nacional (UDN) e do PSD, entre outros, a FPN constituiu um grupo de pressão defensor de uma plataforma nacionalista, destacando-se entre suas reivindicações a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e o controle estatal sobre a exploração dos recursos naturais básicos. Joffily integrava o grupo de trabalho da FPN designado para estudar os problemas relacionados com o aumento do custo de vida.

Entre 1957 e 1959, juntamente com Gabriel Passos, Dagoberto Sales, João de Seixas Dória, Aliomar Baleeiro e outros, atuou na comissão parlamentar de inquérito (CPI) formada para apurar as atividades políticas da Esso e da Shell no Brasil. Em 1958 participou também da CPI destinada a investigar as consequências da Instrução nº 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) sobre a economia do país. Integrou ainda uma CPI sobre a crise no setor nacional de transporte aéreo e foi membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Ainda em 1958 fez parte da delegação brasileira à XIII Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, e, no pleito

de outubro, elegeu-se para seu quarto mandato consecutivo.

Em 25 de agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, a presidência da República foi formalmente ocupada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, já que o vice-presidente João Goulart se encontrava em viagem oficial à República Popular da China. O poder efetivo concentrou-se, todavia, nas mãos dos três ministros militares. Por ocasião do envio da mensagem de Mazzilli ao Congresso Nacional, datada de 28 de agosto e na qual era comunicada a posição contrária desses ministros à posse de Goulart na presidência da República, Joffily levantou uma discussão quanto à possibilidade de que essa mensagem tivesse sido apresentada sob coação. Argumentou que, pouco antes da divulgação do documento, Mazzilli, na presença de diversos parlamentares, assegurara sua decisão de transmitir o cargo ao vice-presidente, seu sucessor legal, e a disposição deste em ser empossado. Como solução para a crise política e diante do apoio oferecido a Goulart pelo governo e pelo comando militar do Rio Grande do Sul, o Congresso aprovou em 2 de setembro a Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo no país, embora previsse para o início de 1965 a realização de um plebiscito que decidiria sobre sua continuidade. Cinco dias depois, Goulart assumiu afinal a presidência.

Como representante da FPN, Joffily foi relator da Comissão Especial de Reforma Agrária na Câmara dos Deputados, a qual propôs um substitutivo ao anteprojeto de reforma agrária, na tentativa de congregar as sugestões já apresentadas sobre a matéria e satisfazer as várias correntes partidárias atuantes no Legislativo. Em 1962 esteve na Paraíba, juntamente com a Comissão das Ligas Camponesas, para averiguar denúncias de violências cometidas por militares que efetuavam manobras no município de Sapé, sede da Liga Camponesa do estado. Segundo informação prestada pelo general Artur da Costa e Silva à época comandante interino da 7ª Região Militar, sediada em Recife, a manobra tinha por finalidade a busca e a apreensão de armas do Exército que se supunha estarem em posse da população civil daquele local.

José Joffily marcou sua atuação no plenário da Câmara por discursos sobre temas econômicos e sociais significativos no contexto nacional como a reforma agrária, o voto dos analfabetos, a legislação social, o monopólio estatal do petróleo, o Plano Marshall para o Nordeste - nele incluindo-se a cessão da ilha Fernando de Noronha -, o Plano Salte, o aproveitamento da

energia hidrelétrica do rio São Francisco, a nacionalização dos bancos estrangeiros de depósito e a criação de um órgão para planejar e coordenar a solução dos problemas do Nordeste. Em outubro de 1962 concorreu ao Senado na legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB), mas não logrou eleger-se. Em janeiro de 1963 deixou em definitivo a Câmara dos Deputados e dois meses depois foi designado membro do Conselho Nacional de Economia.

Após o movimento político-militar de março de 1964, em 10 de abril daquele ano teve seus direitos políticos suspensos por dez anos por força do Ato Institucional nº 1, editado no dia anterior pela junta militar que ascendeu ao poder com a deposição do presidente João Goulart. Posteriormente à sua cassação, foi preso no Rio de Janeiro em fins de 1965, só sendo posto em liberdade em janeiro do ano seguinte graças a um 'habeas corpus' concedido por unanimidade pelo Superior Tribunal Militar. Passou então a dedicar-se às atividades literárias e empresariais, radicando-se em Londrina (PR), onde, em 1977, assumiu

o cargo de diretor-presidente da Herbitécnica-Defensivos Agrícolas. Foi também diretor do Grupo Financeiro Campina Grande. Em agosto de 1979, foi beneficiado pela anistia decretada pelo presidente João Figueiredo.

Casou-se com Maria José Mindelo Joffily Bezzerra, de quem teve dois filhos.

Autor de diversos trabalhos sobre assuntos e econômicos em jornais e revistas especializadas, publicou 'Industrialização da Paraíba' (1945), 'O Plano Salte' (1948), 'Fatos e versões' (1976), 'Distorções e revisões' (1977), 'Revolta e revolução: cinquenta anos depois' (1979) e 'Anaide Beiriz: paixão e morte na Revolução de 1930' (1980).

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Está finda a leitura do expediente.

Esta Mesa anuncia, com imenso prazer, a presença nesta Casa, do ilustre Vereador do Município de Sengés, Sr. Artêmio José Malaquias, que acompanha o ilustre Deputado Péricles Pacheco.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mogruel, inscrito. (Ausente).

Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, para registrar o protesto pela situação vivida hoje na Universidade Estadual de Londrina, diante de novas demissões, que continuam a ocorrer naquela instituição. Lamentavelmente, a cassação a Lideranças emergentes do movimento de funcionários da Universidade Estadual de Londrina tem prosseguimento. Na semana passada três funcionários foram demitidos, em seguida houve um comprometimento, um entendimento da Administração Universitária com o Sindicato de Professores, com a Associação de Funcionários e com a Associação de Docentes, no sentido de que, se estabeleceria um protocolo de intenções, com vistas a estabelecer critérios semelhantes aos hoje existentes, no caso das dispensas de professores para também os funcionários daquela instituição.

Lamentavelmente, antes mesmo de que se reunisse, pela primeira vez a comissão encarregada de estabelecer esse entendimento, de formalizar o entendimento, novas demissões ocorrem, e justamente atingindo funcionários, que despontam como lideranças do movimento dos servidores da Universidade Estadual de Londrina.

O nosso protesto, nesta tarde, desta tribuna, vem como um alerta à administração daquela Universidade, que permanece seguindo as diretrizes dos Governos do passado, cuja direção maior permanece em dessintonia com o ensejo da democratização da nova Universidade de Londrina, do ensino superior do Paraná.

Ao mesmo tempo que registramos o protesto, nos solidarizamos com o movimento docente dos servidores e estudantes da Universidade Estadual de Londrina, esperando que a luta que se trava hoje no ensino superior do País, em torno da escolha democrática dos Reitores das Universidades venha se estabelecer já na sucessão do atual Reitor da Universidade de Londrina.

No início de 86, o novo Reitor deverá assumir a direção daquela Universidade; e o nosso compromisso é de estar junto aos funcionários docentes e estudantes, com vistas ao processo de eleições diretas para os Reitores das Universidades, de uma forma geral, e, em particular, a de Londrina.

Mas, Sr. Presidente. Srs. Deputados, além do registro deste protesto, nós ocupamos a tribuna da Assembléia

nesta tarde, para tecer uma rápida análise em torno das medidas, das decisões políticas que nesta semana foram tomadas, na Capital da República, e que sem dúvida nenhuma, estão fadadas a uma intensa repercussão, como aliás já vem tendo, em todo o quadro político, econômico nacional.

Há dois meses e meio exatamente, tomava posse em Brasília o Governo da Nova República, e, lamentavelmente com a ausência do então Presidente eleito, Tancredo Neves, após os quarenta dias de agonia que levaram a um impasse, levaram a um refreamento das decisões do novo Governo, nós hoje constatamos um quadro novo na vida política nacional.

É inegável que as decisões no campo do Congresso Nacional, do Poder Executivo Federal, relativas ao campo institucional, propriamente dito, com a remoção de vários dos entulhos do autoritarismo passado, já permite hoje um quadro novo na nossa vida política e aos poucos, decisões no campo econômico vêm sendo levadas à frente, e nessa semana em particular o fato da maior relevância que vem repercutindo em toda a sociedade brasileira, foi a decisão de encaminhar ao Congresso Nacional, aos estudos e preliminares das Lideranças partidárias, encaminhar ao conjunto da sociedade brasileira, o projeto de Reforma Agrária da Nova República. O primeiro plano, como vem sendo chamado, o primeiro plano de Reforma da Nova República.

Algumas apreciações em torno dessa decisão da maior importância já vem sendo registradas pela imprensa. O Paraná, como Estado em que o setor primário, o meio agrícola, o meio rural tem um predomínio na nossa economia, tem, senão mais como na década de sessenta, a presença do maior contingente populacional, mas ainda assim, hoje, embora a população urbana já seja majoritária, tem a presença importante da população rural. É um dos Estados do País que, sem dúvida nenhuma, tem a obrigação de trazer a sua contribuição nesta fase de discussão, de análise, de aprimoramento que esse projeto da Reforma Agrária está a solicitar.

A imprensa de hoje aqui do Paraná, é bem indicativa da importância que terá, para solução de uma série de situações de conflito existentes em nosso Estado, a aprovação deste plano apresentado no início da semana, não só perante o Congresso como dissemos, mas perante todos os demais segmentos da sociedade, e em particular, perante o Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, coincidentemente em realização na Capital da República nesses dias desta semana.

"O Estado do Paraná", por exemplo, traz em sua manchete de hoje a situação de conflito existente na Fazenda Gaúcha ou Fazenda Jaciretã, no Município de Renascença, em que centenas de famílias de lavradores be vem, na busca da terra para o seu trabalho, enfrentando há meses, uma situação indefinida com o episódio de sete de fevereiro passado, em que mil e quinhentos posseiros ocuparam uma área da Fazenda, de propriedade do Banco do Estado de Minas Gerais, BEMG em que, sem dúvida alguma, configura hoje uma situação de tensão social no meio rural paranaense. Ontem ainda, o Governador José Richa recebia, no Palácio Iguaçu, algumas dezenas de agricultores do Município de Pitanga, discutindo a situação vivida por eles, de, entrega das suas propriedades, aos Bancos, devido a impossibilidade de saldarem os compromissos financeiros assumidos na compra de implementos, insumos, enfim, decorrência da própria atividade agrícola que eles desenvolvem.

A "FOLHA DE LONDRINA" de hoje, traz também

como uma de suas manchetes, o problema de invasão do Cedro, a gleba do Município de São Jerônimo da Serra, que vem há dezenas de anos, sendo objeto de demanda judicial entre a comunidade indígena Caingangue que já possui naquele município duas Reservas, e que, essa gleba do Cedro, segundo toda a documentação existente e que a "FOLHA DE LONDRINA" há semanas atrás registrava em extensas reportagens o direito certo de que a comunidade indígena Caingangue daquela região vem a ter, definitivamente, a posse assegurada dessa parte do território, que, ainda no Governo Moysés Lupion lhe fora destinada, num entendimento entre o Governo Federal e o Governo Estadual, mas que, até hoje se arrasta e que enfrenta, agora uma situação de conflito também, em que, cerca de 150 famílias de posseiros demandam judicialmente, e que se criou completamente uma situação de conflito até emergente! A não ser que hoje se consiga, através da Comissão composta de representantes do ITC, do INCRA, do Governo do Estado, da FUNAI, junto à comunidade indígena de São Jerônimo da Serra, o prazo fatal para a desocupação pelos posseiros daquela área, está definido, como data, até amanhã, dia 31.

Felizmente, o Governo do Estado tomou as providências necessárias, definindo uma Comissão de Negociação que está, desde antes de ontem, buscando estabelecer uma forma de dilatação desse prazo, enquanto o Recurso Judicial tenha a sua tramitação final, na Instância em que tramita no momento.

Essas situações registradas na Imprensa de hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, são suficientes e somente abarcam algumas das áreas conflituosas no Paraná relativas à terra, ao problema agrário, mas, já são suficientes — a nosso ver — da necessidade de que, esse primeiro plano da Reforma Agrária encaminhado ao Congresso Nacional, venha a ter, concordamos que venha a ter a prioridade definida no seu conteúdo, como sendo para o Nordeste Brasileiro; sem dúvida nenhuma, todos nós conhecemos, que, a área prioritária para se resolver a questão fundiária, é a do Nordeste, e Norte do País, mas, é nosso posicionamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, essa prioridade não significa relegar a segundo plano, a solução dos problemas de tensão social existentes no Paraná.

Ainda, o "CORREIO DE NOTÍCIAS", na edição de hoje, traz um levantamento constante desse documento, em que são apontados os municípios, os focos, as áreas do Paraná em número de 43, 43 conflitos de terra existentes no Estado, que serão solucionados, através da desapropriação de 201.978 hectares, e que conforme hoje no Programa Bom Dia Paraná, muito bem explanava o atual Presidente do ITC no Estado. De que as manifestações apressadas de preocupação quanto às propriedades produtivas no Estado, não tem cabimento e que se deve sim, estar alerta às iniciativas, nas manifestações que, apressadas, sem a intenção de ajudar a resolver esse grave problema. Mas sim, com a intenção de criar barreiras, resistências a mudanças na estrutura agrária brasileira. Que mesmo com a leitura atenta, detida deste primeiro plano de reforma Agrária da Nova República, comprova a seriedade com que ele foi elaborado, o respeito à propriedade que vem sendo a utilização, que, vem tendo o retorno em termos de produção agrícola na sociedade brasileira. Mas, que é compromisso nosso, é dever nosso alertar para que as manifestações daqueles setores que sempre se colocaram refratários à mudança da estrutura fundiária, alguns, geralmente, outros na defesa clara ou não de interesse da

especulação da terra, venham a fazer nestes dias de discussão desse plano.

A nossa intenção, então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é fazer registro aqui na tribuna desta Assembléia, durante a semana em que, historicamente, pela importância do assunto, pela repercussão social que ele fatalmente virá trazer quando da sua execução. É nosso interesse, portanto, que através desse registro, as atenções dos integrantes da Assembléia Legislativa do Paraná se voltem à análise detida dessa programação prevista. Que talvez, inclusive a própria Assembléia Legislativa do Estado através da sua Mesa Executiva, ou através da iniciativa de algum Fórum de Debates, ou da própria Comissão de Agricultura, venha a promover, rapidamente, um debate sobre o texto do programa divulgado nesta semana. Debate que venha de forma a ter acesso aos detalhes, à íntegra do projeto, evitando portanto, que posicionamentos venham a ser tomados de forma apressada em cima de manifestações nem sempre devidamente aprofundadas. Mas que a Assembléia Legislativa do Estado, como Poder Político da nossa sociedade, chame a si a responsabilidade de não só fazer discussão aprofundada desse primeiro plano da Reforma Agrária da Nova República, mas também venha uma iniciativa como essa reivindicar a imediata execução também no nosso Estado, das medidas que venham a ser permitidas quando da aprovação do plano.

Embora concordemos, portanto, com a prioridade conferida pelo plano ao Norte e Nordeste do País na implantação das medidas, é nossa opinião que essa prioridade não pode significar protelação na solução dos conflitos de terras existentes no Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, era esse o nosso registro e apelo em torno deste assunto, que tínhamos a fazer nesta tarde.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Consulto ao Deputado Antônio Belinati, que manifestou vontade de usar o Grande Expediente, se tivesse tempo.

O Deputado Antônio Belinati, falará por 10 minutos se assim entender.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa Executiva um voto de congratulações ao grande comunicador da televisão Jamur Júnior.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Está Vossa Excelência com a palavra para Questão de Ordem.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Eu gostaria que Vossa Excelência me informasse se o Deputado Belinati, está falando no Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Não. No Grande Expediente, porque o Deputado Márcio Almeida usou 20 minutos. Restam 10. A Mesa pode facultar a um Deputado que queira falar no restante do horário

que é destinado ao Grande Expediente, a qualquer Deputado, e qualquer partido.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Eu agradeço.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu gostaria que Vossa Excelência me informasse, Vossa Excelência está fracionando horário do Grande Expediente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Não estou prorrogando.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Fracionando.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - O Deputado Belinati estava inscrito também.

Como o Deputado Márcio Almeida não usou os 30 minutos, o Deputado Belinati pode usar o restante e fica com o seu direito prejudicado na próxima sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu respeito Vossa Excelência, mas é um precedente que Vossa Excelência está dando que nunca se verificou na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Não é precedente, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Grande Expediente é Grande Expediente, então Vossa Excelência passe para o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Eu não aceito a observação de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência pode não aceitar, mas não procede esse precedente que Vossa Excelência faz. Vossa Excelência está sendo magnânimo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Com a palavra Deputado Erondy Silvério. Não procede a observação de Vossa Excelência e a Mesa não aceita.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência pode não aceitar mas está violentando o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos requerendo a aprovação do Plenário, de um voto de congratulações a esse grande comunicador da televisão, Jamur Júnior, que no próximo sábado completa 30 anos de atividades na imprensa do Paraná. Inegavelmente, Jamur Júnior é hoje um dos maiores comunicadores da televisão brasileira. Iniciou sua carreira na rádio Ypiranga, de Palmeira, colaborou com os jornais de Curitiba e é hoje o grande responsável

pelo jornal do Meio-Dia, apresentado com muito brilhantismo na Televisão Iguaçu, Canal 4.

É um profissional sério, honrado, e que ao longo desses 30 anos tem prestado relevantes e extraordinários serviços à coletividade do Paraná.

Por isso, quando o homem da estatura moral e profissional de Jamur Júnior, celebra seus 30 anos de atividade profissional, entendo ser dever desta Casa de Leis a quem ele tanto tem colaborado na divulgação de seus trabalhos, entendo que é nosso dever reconhecer e prestar a homenagem a Jamur Júnior por tão feliz evento no próximo sábado.

O segundo assunto, Senhor Presidente, é com respeito ao reajuste de julho das prestações da casa própria.

O Governo já está fazendo um balão de ensaio para ganhar as palmas de 4 milhões de mutuários brasileiros. Já está preparando a opinião pública para o aumento da prestação que poderá ser um dos mais abusivos, um dos mais altos desde que o BNH foi criado há 20 anos.

O Governo já começa a falar que o mutuário não se preocupe porque o reajuste da casa própria não deverá chegar a 250 por cento.

Talvez só na cabeça dos homens que comandam o BNH é que tenha passado uma imaginação tão absurda de que o mutuário brasileiro estivesse para aceitar uma elevação na prestação da sua casa ou de seu apartamento da ordem de 250 por cento.

Nós sabemos que não vai chegar nem perto disso, mas mesmo o aumento ficando longe do reajuste de 250 por cento, ainda será uma violação, uma violência que se vai perpetrar contra o pai de família que, em Curitiba, no Paraná e em qualquer outra parte do Brasil, sonhou em ter um dia o seu próprio chão, a sua própria casa, o seu próprio imóvel, ainda que comprado para pagar em 10, 15, 20 ou até 25 anos, mas o BNH teve seus recursos desviados para vultosas obras de metro do Rio de Janeiro, de São Paulo, rombos em cadernetas de poupança. E o que nós sentimos hoje é que querem consertar o caixa do BNH no lombo do pai de família que paga com sacrifício a sua casa própria.

É sabido que muitos estão vendendo a sua casa, ou até abandonando, principalmente a faixa mais pobre da nossa população. Como estamos a pouco mais de um mês para ser implantado esse novo reajuste, nós queremos aqui manifestar a nossa discordância pelas alegações preliminares, prévias que os homens do Governo da Nova República estão fazendo a pretexto de tranquilizar os mutuários de que o aumento não será de 250 por cento. O mutuário não aceitará um aumento nem de 150 por cento, estão pedindo que essa nova elevação não ultrapasse 112 por cento, mas o que nós estamos vendo, com pesar, é que o Governo Federal, o Governo da Nova República está insensível aos clamores, ao empobrecimento do nosso povo que vem batalhando com sacrifício, porque aí está uma inflação mesmo agora não chegando a 8 por cento ao mês, uma inflação que o Ministro Dornelles admite que ficará em 200 por cento neste primeiro ano de Governo da Nova República.

Queremos aqui, Senhor Presidente, lançar um apelo dramático, veemente aos homens, ao Presidente Sarney, ao Ministro do Desenvolvimento Urbano, ao Presidente do BNH, para que tenham uma ação com o coração, com Deus, não uma ação desumana, e que se preocupem com as dificuldades econômicas que os mutuários que está pedindo ao Governo que este aumento não passe de 112 por cento.

É esta a minha preocupação em nome de muitos mutuários que conheço, e que sei, se o Governo da Nova

República aumentar a prestação da casa própria num índice muito alto e desumano, eles vão abandonar os seus imóveis e vai haver uma especulação imobiliária em nosso País, e o BNH estará definitivamente com a sua finalidade social desvirtuada, e o mutuário, que sobreviver continuar pagando, vai pagar pelos rombos que ele não praticou com o nosso BNH.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - Esta Mesa registra com satisfação a presença do Vereador Clóvis Scheneider, Presidente da Câmara Municipal de Palotina.

E para dirimir dúvidas sobre um assunto há pouco levantado nesta Casa, a Mesa lê aos Senhores Deputados o artigo 86 do Regimento Interno: "as inscrições dos oradores para a Hora do Expediente serão feitas em livro especial e em ordem cronológica".

Ora, Senhores Deputados, se o Deputado Márcio Almeida, primeiro Deputado inscrito no Grande Expediente, que podia usá-lo por 30 minutos, se o tivesse feito apenas por 5 minutos, a Mesa poderia entender - e assim entende - que os 25 restantes, no caso foram 10 minutos, poderiam ser dados aos Deputados que estavam inscritos no Grande Expediente subsequente. Portanto, o Deputado Belinati, que era o seguinte, usou devidamente dos 10 minutos restantes.

Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Inicialmente, consulto a Liderança do PDS se vai fazer uso do seu horário.

Não havendo quem queira decidir, consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Usará o Senhor Deputado Péricles Pacheco.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Péricles Pacheco.

O SR. PÉRICLES PACHECO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Na semana passada, terça-feira, um torum de debates promovido pela Editora Abril e o grupo Bamerindus, denominado de 'Caminhos da Retomada', reuniu mil empresários de todo o Brasil, espalhados em dezesseis capitais brasileiras, para debater com os Ministros da área econômica do Governo o programa de ação da Nova República. Foi uma oportunidade rara, extremamente especial, propiciada pelo fantástico progresso que o Brasil conseguiu na área das telecomunicações. Os Ministros, em Brasília, através de circuito executivo de televisão, disseram de suas metas, expenderam conceitos básicos de suas propostas de trabalho e foram questionados pela classe empresarial.

A imprensa registrou os resultados de tal evento, alguns dos quais, por considerá-los mais relevantes, gostaríamos de aqui examiná-los, com brevidade, levados que somos pelo espírito de reconhecimento de que o debate provou, mais uma vez, de que estamos a viver novos tempos neste País.

Foi notável a desenvoltura do Senhor Ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, ao reconhecer que a dívida externa do Brasil não pode - tal como havia dito o precursor da Nova República, o falecido Presidente Tancredo Neves - ser negociada sob o espectro da recessão. Nem também significando, diante dos banqueiros internacionais, a perda de nossa soberania.

Em síntese, o Ministro da Fazenda assegurou que,

no momento, o País não se volta à busca de novos recursos externos, quer primeiro negociar - com toda dignidade - sua dívida. A prioridade será dada a 46 bilhões de dólares, montante para o qual pretende conseguir um prazo de carência de sete anos.

Notável igualmente o espírito de unidade, até mesmo dentro de uma certa diversidade, existente no atual Ministério, conforme se depreendeu desse fórum de debates. No essencial, o Ministério da Nova República atua dentro de um mesmo diapasão, embora composto por homens de formação política e acadêmica diversa.

Não passou desapercibido aos ouvidos atentos da classe empresarial brasileira, o exercício de 'mea culpa' feito pelos Senhores Ministros: eles reconheceram que o Governo é o responsável direto - e certamente o maior, embora não seja o único - pelo processo inflacionário. Reconheceram também que a necessidade que o Governo tem - de ir constantemente buscar recursos para, no mercado interno, amainar seu déficit público, é fator inflacionário.

Foi, por um lado, lição de humildade. Lição que também demonstrou, pela primeira vez nestes últimos anos, que os gestores da coisa pública não mais são os senhores oniscientes e onipotentes de outros tempos. E mais diríamos: notou-se que no Ministério não há mais lugar para o super-ministro, aquele que falava por todos, dando a palavra final. dogmática e que não suportava qualquer tipo de contestação.

Admitiram os Senhores Ministros - e neste caso o do Planejamento de forma muito enfática - que o poder público, nos últimos anos, alargou o processo de estatização da economia. Da mesma forma concluíram que tal processo terá de ser brecado, que não mais é possível o Estado interferir, continuamente e nem sempre de forma necessária, em setores que compete, numa sociedade verdadeiramente democrática, atuar a livre empresa.

Queremos, pois, Senhor Presidente e Senhores Deputados, exarar nossa satisfação pela profícua retomada do diálogo, entre iniciativa privada e Governo. São frutos como estes que tornam bem visível à Nação como um todo, e ao empresariado brasileiro, de um modo muito especial, que estamos a viver novos tempos, os tempos da Nova República.

A verdade libertadora trazida pelos Ministros da área econômica comportou também, com a presença do Senhor Ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, o exame de um tema que não pode ser encarado como tabu, porque indissociável dos destinos da Nação: o direito de greve.

O Senhor Ministro do Trabalho, hábil negociador, anunciou como fato irreversível a nova lei de greve, já encaminhada à apreciação do Congresso Nacional pelo Governo. Ela virá e com ela - enfatizou o Ministro Pazzianoto - o Governo deterá nas mãos um instrumental que, se por um lado, procura exaurir o direito de as classes trabalhadoras recorrerem ao remédio final das greves numa sociedade democrática, também estabelece direitos de defesa da livre iniciativa contra movimentos paredistas que, tão frequentemente, estão sendo gerados por segmentos políticos-partidários e com interesses puramente ideológicos.

A posição registrada pelo Senhor Ministro do Trabalho, no fórum de debates com os empresários, foi clara: 'a partir da nova lei de greve, que prevaleça o império da lei'. Com isto, admitiu - e muito claramente o Senhor Ministro da Nova República - e o disse explicitamente -, que os empregadores também poderão recorrer ao 'lock out'. Admitiu que os empregadores, depois de esgotadas todas as possibilidades de diálogo, de acordo e de dissídios, também recorram às armas de que dispõem, no caso, o fechamento temporário de suas fábricas e de suas atividades produtivas, até que prevaleça o bom senso entre as partes interessadas.

Nunca se falou com tanta clareza, com tanta linearidade neste País, como aconteceu nesse diálogo entre os Ministros da Nova República e mil empresários brasileiros, os quais não se limitaram à passiva audiência de exposições de projetos e planos de governo. Os empresários indagaram, contestaram, marcaram posições. Foi, enfim, uma entre-ajuda exemplar que entra, definitivamente, na história das relações Governo e classes produtoras.

Mesmo as notícias pouco alvissareiras para o empresariado, como aquelas transmitidas pelos Senhores Ministros do Planejamento e da Fazenda de que todos, no Brasil, muito em breve, seremos objetos de novas cargas tributárias, foram absorvidas. Uma absorção que resultou, estamos certos, dessa conversa franca em que o reconhecimento de culpas da administração pública, claramente registrado pelos Ministros, significou também um pedido de efetiva colaboração.

Assim, pois, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vemos a Nova República dar os passos iniciais para um efetivo diálogo com a Nação. É o Governo que agora, abandonando os gabinetes burocráticos do Planalto Central, aceita o desafio dos questionamentos, abre-se para o diálogo, enfrenta uma pesada sessão de confissões de culpa. Mas que, sobretudo, mostra-se absolutamente interessado, de uma vez por todas, em estabelecer elos de entre-ajuda com a sociedade. Sinais, acreditamos, que não denotam apenas humildade por parte dos servidores da sociedade. São, sim, sinais eloqüentes de sabedoria dos homens da Nova República, na medida em que anunciam, a viva voz, sem intermediários, às claras, expondo-se às críticas e a questionamentos contundentes, intenções e programas de trabalho visando a consolidação de uma realidade econômico-social".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - Consulto a liderança do PFL se fará uso do restante do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós, como Deputado, temos obrigação, como representante do povo paranaense, ao recebermos uma reivindicação de um representante de um Município, de tomar alguma providência, de atender ou dizer porque não atendemos.

Recebemos uma denúncia do município de São João do Ivaí, já há dois dias e nos preocupamos em trazer ao conhecimento desta Casa, pelo fato de ser o representante daquele Município, junto com o eminente Deputado Artagão de Mattos Leão, que, por motivo de doença, está afastado desta Casa, por trinta dias, mas, conhecendo como conhecemos o Deputado Artagão, sabemos que se ele tomasse conhecimento das irregularidades que ocorrem naquele Município, haveria de tomar as devidas providências e por esse motivo trazemos ao conhecimento da Casa a denúncia bastante grave, e que preocupa todos nós, porque preocupa a todos os paranaenses, o Setor de Segurança e para que o Secretário da Segurança tome as devidas providências, nós trazemos ao conhecimento da Casa uma carta que recebemos daquele Município.

"Senhor Deputado Gilberto Carvalho:

Queremos comunicar a Vossa Excelência que, quando o senhor era o Deputado deste Município, (ele quer dizer o Deputado como representante na época em que o Governo

nos pertencia), São João do Ivaí, não aconteciam as barbaridades que estão acontecendo aqui agora, porque o povo de São João do Ivaí está sem segurança.

Não tem Delegado de Polícia. O Delegado não permanece na cidade, só vive viajando para Curitiba e São Paulo e o Delegado atual não funciona. Nas ruas, à noite, não se vê um só policial.

Vossa Excelência nunca deixou o pessoal sofrer como está sofrendo agora. Queria que comunicasse ao Secretário da Segurança Pública, porque o povo está revoltado.

Deputado Gilberto, no tempo aqui do Sargento Randion, que era Delegado aqui da nossa cidade, era bem cuidada a cidade, podíamos sair à rua que, pelo menos, se via uns policiais. Agora com essa falta de segurança, estão acontecendo vários roubos. Roubaram há pouco, um caminhão da Souza Cruz, carregado de cigarros, na cara da polícia. Andam roubando muitos carros e muita gente e, em vez de o Delegado e seus policiais se ocuparem disso, só ficam espancando sempre inocentes e, além disso, o nosso Delegado só vive com a cara cheia.

Para confirmar isso, segue anexo recorte do jornal 'TRIBUNA DA CIDADE', de Apucarana.

A 'Tribuna da Cidade', de Apucarana, traz a notícia de que, inclusive o Promotor Público daquela cidade, doutor Otávio Luiz Tonin, pediu que fosse aberto competente inquérito para apurar irregularidades naquela Delegacia, de que o Senhor Delegado de Polícia, ameaçando presos naquela Delegacia e utilizando duas mulheres presas também, fez com que policiais e presos currassem essas mulheres.

Vai acompanhar requerimento, que estou encaminhando ao Senhor Secretário da Segurança, as denúncias e as duas notas publicadas na 'Tribuna da Cidade', cujo requerimento está baseado nos seguintes termos:

(Lê):

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, doutor Luiz Felipe Haj Mussi, solicitando do mesmo o imediato afastamento do Delegado Jorge Batista Antunes, de São João do Ivaí, bem como a apuração das acusações que são feitas ao referido Delegado, de estar cometendo arbitrariedades naquela Delegacia, como prisões ilegais, espancamento e ameaça de morte aos detentos e, até mesmo, autorizando que policiais e presos "currem" mulheres recolhidas à Delegacia.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1985."

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - No Horário da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Senhor Deputado Odeni Mongruel. (Declina).

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso de seu horário.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Por dez minutos o Deputado Ervin Bonkoski e por 10 minutos o Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - concedo a palavra ao Deputado Ervin Bonkoski, por dez minutos.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente e Senhores

Deputados.

Inicialmente, quero participar, solidarizar-me com o Deputado Antônio Belinati, na homenagem que ele prestou, e eu quero prestar, neste instante, a esse grande comunicador do rádio, da televisão e também do jornal, Jamur Júnior.

José Jamur Júnior, nós o conhecemos há algumas décadas, talvez iniciássemos quase juntos a nossa carreira de radialista.

Mas, Jamur Jr. teve um grande mérito, porque ele procurou, dentro da sua integridade profissional, dentro da sua capacidade que todos nós conhecemos, levar a mensagem edificante, a mensagem do entretenimento, levar sempre uma voz amiga a tantos e tantos milhares de ouvintes que já, ao longo dos anos, Jamur Jr. teve.

Ao completar, dia 1º de junho, seus 30 anos de radialista, de comunicador, de homem de televisão, nós que tivemos a honra de tê-lo conosco na Rádio Colombo por alguns anos, antes na Rádio Cultura, não poderíamos deixar de receber deste Deputado, a homenagem de todos os comunicadores do Paraná. Porque, entenda, meu caríssimo Jamur Jr., não só os Deputados desta Casa, mas o povo do Paraná e o povo de Santa Catarina, se rejubilam com este evento: completar 30 anos de ininterrupta atividade profissional na comunicação social é algo de muito expressivo, é algo que comove, é algo que marca a história na comunicação social, não só no Paraná, mas em todo o Brasil.

Receba, Jamur Jr., a nossa homenagem, homenagem do povo paranaense em especial, por este grande evento, dos seus 30 anos de carreira profissional na comunicação social do Paraná.

O segundo assunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nos queremos abordar, é com referência a uma maldade que foi praticada com este Deputado.

Um jornal, mais precisamente, um jornalista, ousou colocar nossa fotografia ao lado do famigerado Reverendo Moon. Qual foi nossa surpresa, apesar que o texto nada dizia em comprometimento nosso com aquele cidadão.

Mas, só a fotografia estampada no jornal, trouxe um dilema, trouxe uma dúvida quanto à nossa conduta de cristão.

Não conhecemos Reverendo Moon, não autorizamos ninguém a falar em nosso nome ou de qualquer forma, usar o nosso nome em ligação direta ou indireta com o Reverendo Moon. Eu tive, já, a oportunidade de desmentir pela imprensa, pelo rádio e pela televisão. Tive dezenas de telefonemas recebidos em nosso escritório, em nossa casa, perguntando se era verdade. Nós já desmentimos, e não poderíamos fazer diferente, porque isso nos chocou sobremaneira.

Achamos que quando usam de expedientes escusos, não devem merecer crédito, nem o jornal, nem o jornalista. Apesar, sem entrar no mérito do jornal com o qual nós temos um relacionamento íntimo com seu diretor e com seu corpo de redatores, com toda sua equipe, e também temos amizade com o jornalista que inseriu aquela fotografia. Apesar de tudo isto, nós procuramos saber a origem e não encontramos. Então, diante deste Plenário, nesta Casa à qual nós pertencemos como representante do povo, deixar patenteado, evidenciado nosso desmentido, a nossa ligação. Em primeiro lugar, não conhecemos, nem a filosofia, nem o objetivo do Reverendo Moon, quanto mais qualquer outra ilação que se possa fazer a nosso respeito com ele.

E o terceiro assunto é, exatamente para contradizer aquilo que foi dito a nosso respeito nesta ligação com o tal Moon. É que amanhã, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela 17ª vez nós vamos realizar a grande romaria em louvor a Nossa Senhora do Guadalupe, nos

estúdios da nossa Rádio Colombo, onde existe uma capelinha humilde, mas muito acolhedora.

Há dezessete anos que se iniciou essa romaria, casualmente, quando foi lá colocada a imagem de Nossa Senhora do Guadalupe, benta pelo Papa João XXIII e doada pelo saudoso Monsenhor Bernardo José, que, então era vigário da Paróquia de Guadalupe, que fica em frente à Rodoviária velha. Foi colocada essa imagem por inspiração dele, Monsenhor Bernardo José, no mês de maio de 1967. E lá foram dezenas de pessoas, ou porque não dizer centenas, fazendo uma fila de duzentos, trezentos metros. Fila que foi organizada pelos próprios devotos de Nossa Senhora do Guadalupe. E com esse fato, nós, nos aconselhando com Monsenhor Bernardo, ele pediu-nos que fizesse um dia especial de devoção, no mês de maio, em todos os anos, e assim foi feito.

De 1967 para cá, ano a ano, tem aumentado o número de romeiros, o número de peregrinos, o número de devotos de Nossa Senhora do Guadalupe.

E eu quero deixar bem claro que nós não temos qualquer conotação política por esse trabalho de apostolado que nós fazemos. Porque nós fazemos, e isso é fruto do programa A Hora do 'Angelus', - feito há vinte e dois anos, e há dezessete anos a romaria. E nós passamos a militar na política há bem poucos anos. Então eu peço que não se faça, também, ilação de caráter político, porque é a nossa convicção, a nossa fé, é a nossa formação cristã que nos impulsiona a realizar uma romaria onde milhares e milhares, como no ano passado, foram mais de oitenta mil pessoas, que comparecem desde as quatro horas, quatro horas e meia da manhã, até a madrugada do dia seguinte.

Então são manifestações de fé, de pessoas...

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - O seu horário está esgotado, Senhor Deputado, e consulto a Liderança se dá mais alguns minutos ou se mantém os dez.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Mais um minuto para o Deputado concluir.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Muito obrigado ao Deputado Nelson Vasconcellos e muito obrigado ao Presidente Nelson Buffara.

Queremos concluir, Senhores Deputados, para dizer que esta romaria é fruto do amor, é o fruto da fé, é o fruto da convicção cristã, e desta que nós trazemos do berço, não abrimos mão e somos apenas um instrumento de Deus, e fazemos isto, com o sentimento puro de quem quer a felicidade do seu próximo, do seu semelhante. Será mais uma grande romaria, será mais um ato de amor, será mais um ato de fé. (Sem revisão do orador).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - O restante do horário com o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Por vezes, após decorridos dezenas, centenas e até milhares de anos, em que ocorreu determinado fato histórico, novos elementos trazidos à análise, reverterem por completo um quadro considerado, até o momento, como inconteste.

Alguns historiadores afirmam que, assim como o avanço da ciência é perigoso sob o ponto de vista do mau uso da tecnologia, também a História, proporcionalmente, é perigosa e injusta, dependendo do conceito sob a qual é analisada, transformando vilões em heróis e vice-versa. Segundo Marrou, professor de História na Sorbonne, em seu livro "Do conhecimento histórico", chega-se à conclusão de que a verdade traduzida pela história é sempre relativa,

presa aos limites da condição humana.

Se assim acontece, a História vale exatamente quanto o historiador a valoriza, ou seja, revela a um só tempo o passado e o historiador. Este é o motivo pelo qual a pessoa que se propuser a levantar determinado fato Histórico deve ser a mais idônea possível, isenta de quaisquer preconceitos que venham a influir por demais nos seus estudos.

O estudo histórico deve o máximo possível estribar-se em documentos, tendo-se a capacidade de discernir quais os que são pertinentes, compreendê-los e transmiti-los. Esta é a verdadeira função do historiador.

Um destes estudiosos de História, na verdadeira acepção do termo, esteve há alguns dias entre nós, nesta mesma Assembléia, na qual pretendia lançar o seu último trabalho, fruto de 8 anos de incessantes pesquisas no no Brasil e no exterior. Refiro-me a José Joffily e à sua obra "Londres-Londrina". Infelizmente, devido ao falecimento do Presidente Tancredo Neves achou-se por bem postergar o lançamento do livro, que ocorreria a 24 de maio, devido ao constrangimento e pesar generalizado em que ficou mergulhado o País. Posteriormente, devido a fatores imprevisíveis, tornou-se inoportuno que tal evento viesse a se concretizar.

Por uma curiosa coincidência, no exato momento em que o Professor Luiz Carlos Pereira Tourinho proclama que a História da ocupação do Norte do Paraná "está a exigir uma revisão crítica, pois a que temos é transmitida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná (prefácio do livro Paraná-Sudoeste do Professor Rui Wachwicz - 1985), surge em todo o País "a verdadeira história do Norte do Paraná", um apanhado de documentos, símbolo do amor pela verdade deturpada ao longo dos anos por interesses escusos.

Já Marrou afirmara que a função social do historiador é atingida quando se materializa numa obra, num livro. Sem dúvida José Joffily atingiu essa meta há algum tempo, bastando verificar sua produção bibliográfica, sendo que este seu último trabalho "Londres-Londrina" está, ainda, repercutindo positivamente entre os estudiosos de formação brasileira. Tal acontece porque o autor não é exclusivamente um historiador: sua vida é um conjunto de atividades políticas e profissionais, na qualidade de advogado, participando ativamente da vida nacional nestes últimos quarenta anos; portanto mais que habilitado para falar de História, quando ele mesmo é um testemunho vivo dela.

O trabalho "Londres-Londrina", curiosamente, não é de autoria de um paranaense, sem embargo dos numerosos mestres de História de nossas universidades. José Joffily é nordestino, de Campina Grande, radicado há mais de 15 anos em nosso Estado, em Londrina. Sempre dedicado aos assuntos culminantes da nossa História, ali chegando, passou de imediato a demonstrar interesse pela verdadeira História do Norte do Estado, tendo em vista o fato de que a documentação existente não provinha de uma fonte isenta, mas tendenciosa e adúladora de imperialismo inglês.

Nós, que temos a honra de ter nascido no Norte do Paraná, sentimos muito de perto a veracidade e profundidade desta obra, pois sempre tivemos nossas dúvidas quanto à real valia da colonização inglesa na região. Desde a nossa infância, justamente devido à desinformação reinante sobre o assunto, tínhamos sido barrado um estudo mais sério, na qual pudéssemos avaliar com maior precisão e menos adulação, a História da terra dos nossos ancestrais.

Assim nasceu "Londres-Londrina", um verdadeiro documentário da sangria que a Casa Rothschild imprimiu no

Paraná. Esta extorsão depois foi continuada pelos milionários paulistas até os dias atuais. A verdade histórica, sempre velada pelas informações de caráter promocional da Companhia de Terras Norte do Paraná, foi finalmente resgatada pelo espírito inabalável e agudo deste pesquisador.

Não pretendo me alongar neste momento, enumerando as virtudes deste novo lançamento da Editora Paz e Terra; tenho absoluta certeza de que os leigos e estudiosos da epopéia paranaense têm motivos sobejos para dar o devido valor à obra despretenciosa deste lúcido ex-parlamentar, cassado, que durante 17 anos consecutivos representou o seu Estado natal no Congresso Nacional, onde conviveu, entre outros, com Bento Munhoz da Rocha, Ostórgia Rodrigues, Divonsir Cortes e o próprio Professor Luiz Carlos Tourinho.

Bastaria "Londres-Londrina" para justificar um gesto de aplauso desta Casa, a casa do povo paranaense, a José Joffily que adotou o Paraná como sua terra honorária, e que tanto tem contribuído para o melhor conhecimento de nossa História.

Essa manifestação de justiça pode ser traduzida em sessão especial destinada a conferir ao emérito historiador o título de Cidadão Honorário do Paraná. Por este motivo estou encaminhando à apreciação desta augusta Casa um projeto de lei destinado a conferir àquele ilustre brasileiro o símbolo da gratidão do nosso povo.

Solicito, portanto, o devido apoio aos nobres Pares, para a aprovação desta proposição, à qual este pronunciamento vai em anexo, na qualidade de justificá-lo, bem como um texto do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, da Fundação Getúlio Vargas, 2.^o Volume, na página 1641, que ali transcreve a biografia de José Joffily, constituinte de 1946". (Biografia anexa ao Projeto de Lei na hora do Expediente).

O SR. RUBENS BUENO — Concedo aparte ao Deputado Márcio Almeida.

O Sr. Márcio Almeida — Nobre Deputado Rubens Bueno, é com muita satisfação que nós vemos Vossa Excelência tratar nesta tarde de uma obra da maior importância para a História econômica, política não só do Norte do Paraná, como de todo o Estado.

Inegavelmente, o Sr. José Joffily, residente em Londrina, figura respeitada e atuante no meio cultural e político londrinense. traz por essa sua última produção, uma contribuição muito grande ao conhecimento real da colonização do Norte do Paraná.

Vossa Excelência é feliz ao registrar aqui nos Anais da Assembléia uma iniciativa de uma obra que sem maior apoio das instituições que no regime passado sempre fizeram vistas grossas e da qual inclusive o Senhor José Joffily foi vítima no período pós 64, mas que continuou firme e combativo nos seus ideais e na sua luta de repór para a população, distribuindo esses conhecimentos, frutos da sua pesquisa sobre a realidade passada e presente do Norte do Estado.

É feliz a sua iniciativa, nobre Deputado, porque traz ao conhecimento e à análise da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o fato cultural e político da maior importância e que vem tendo repercussões no meio universitário, estudantil, intelectual de profunda reflexão e a iniciativa de Vossa Excelência, de nossa parte vem o reconhecimento como o fato que talvez reintroduza aqui nos trabalhos da Assembléia Legislativa, a discussão com mais profundidade e com mais pertinência das questões culturais que infelizmente ficaram ausentes desse Plenário.

Meus parabéns e é uma satisfação ouvi-lo tratar do assunto nesta tarde.

O SR. RUBENS BUENO — Agradeço o aparte do nobre Deputado, o qual incorporo com muita satisfação a este pronunciamento, mesmo porque Vossa Excelência representando Londrina e a região, conhece de perto este historiador e também a sua luta em tentar mostrar a outra face da História do Norte do Paraná, principalmente com relação à colonização daquela área.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33/85, (Mensagem n.º 33/85 - ex-Proposição n.º 38/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 34/85, (Mensagem n.º 34/85 - ex-Proposição n.º 39/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de re-Ratificação n.º 31/10/84, aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com interveniência da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros dos Programas que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 35/85, (Mensagem n.º 36/85 - ex-Proposição n.º 41/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 16/08/84, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36/85, (Mensagem n.º 38/85 - ex-Proposição n.º 43/85), oriundo do

Curitiba, quinta, em 30.05.85

Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios, Termos de Revigoração e Aditamentos, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio, com as partes, objetivos e datas, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 37/85, (Mensagem n.º 40/85 - ex-Proposição n.º 45/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos referidos Municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 38/85, (Mensagem n.º 45/85 - ex-Proposição n.º 50/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/85, de autoria dos Deputados SABINO CAMPOS e GERNOTE KIRINUS, dando ao Município de São José, a denominação de São José das Palmeiras. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de n.º 01, de autoria dos Srs. Deputados Sabino Campos e Gernote Kirinus, devidamente apoiada, nos seguintes termos:



EMENDA DE PLENÁRIO DE N.º 01
AO PROJETO DE LEI N.º 57/85

Acrescente-se onde couber:

Art. - As divisas do Município de São José das Palmeiras, passa a ser a seguinte:

“Começa no arroio Boas Novas, onde o mesmo atravessa a divisa Sul da Fazenda Britânia; por essa referida divisa no rumo Oeste-Leste até o Rio São Francisco Verdadeiro, subindo pelo mesmo Rio até o Rio Santa Quitéria, por este, acima até a foz da primeira sanga da margem esquerda; por esta sobe até a sua nascente onde em linha reta e numa linha seca alcança a cabeceira do córrego Apepu, por este abaixo até encontrar o Rio São Francisco Falso, Braço do Norte, por este abaixo até a foz do córrego Serrinha; por este acima até a sua nascente; dali em linha seca até a nascente do arroio Boas Novas e por este até a divisa Sul da Fazenda Britânia, ponto de partida.”

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1985.

(aa) SABINO CAMPOS e
GERNOTE KIRINUS

Apoioamento:

Nelson Buffara, Gilberto Carvalho, José Antônio Fonseca e Eduardo Baggio.

Em votação o projeto.— **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda.— **Aprovada.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 41/85, (Mensagem n.º 15/85 - ex-Proposição n.º 17/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, com os objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42/85, (Mensagem n.º 07/85 - ex-Proposição n.º 09/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 04/84, celebrado em 20/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, o Município de Toledo e o CEAG/PR, objetivando implantação e manutenção de escritório do CEAG/PR, na Cidade de Toledo. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 43/85, (Mensagem n.º 11/85 - ex-Proposição n.º 13/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná em 12/11/84, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, objetivando dar atendimento à Legislação Federal e Estadual relacionado com uso e ocupação do solo, e a proteção ambiental da região litorânea do Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 44/85, (Mensagem n.º 19/85 - ex-Proposição n.º 21/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.º Termo Aditivo n.º 011/84 de 22/11/84 ao Convênio n.º 22/82, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná em 18/11/82, através da Secretaria dos Transportes e a GEIPOT, objetivando prestação de serviços de assistência técnica e a co-participação em estudos e pesquisas de transportes no Estado.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/85, (Mensagem n.º 30/85 - ex-Proposição n.º 33/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio n.º 004/85/0035, em 28/01/85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e a INFRAERO, objetivando prestação de serviço especializado de salvamento e combate a incêndio no Aeroporto de Londrina.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/85, (Mensagem n.º 37/85 - ex-Proposição n.º 42/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios e Termos de Retificação e Ratificação de 30/07 e 13/08/84, celebrados entre o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Emprego e Salário e o Estado do Paraná, tendo como interveniente-conveniente a Secretaria da Indústria e do Comércio, visando a implementação do SINE, no Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Losso, ocorrido no Município de Guarapuava.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 74/85, que concede o título de cidadã honorária do Estado a Senhora Marly Macieira Sarney.— Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) — Solicito à Mesa que informe o projeto de lei a que se refere, ao qual está sendo pedido Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concede título de Cidadã Honorária do Estado a Senhora Marly Macieira Sarney.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo para que o credenciamento dos suinocultores e avicultores, para isenção do ICM do milho, seja realizado apenas através da APS e da APAVI, conforme estipulado em Convênio.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de que seja alterado o traçado do trecho da Rodovia Parigot de Souza - PR-092, na altura do Trevo que situa os cruzamentos da Avenida Avelino Antonio Vieira, com acesso a Arapoti, e a estrada que conduz à fábrica de papel de propriedade do Conglomerado Bamerindus e ao Projeto POTI, no Município de Arapoti.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de apelo aos Srs. Ministro da Agricultura, Delegado da Agricultura e Presidente do CENEA, encarecendo a instalação de um núcleo do Centro Nacional de Engenharia Agrícola — CENEA, no Município de Cascavel.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo o envio de uma ambulância devidamente equipada, para o Município de Ubatã.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recurso financeiro

a ser aplicado na conclusão do ginásio de esportes localizado no Município de Terra Boa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, pleiteando para que, conforme convênio existente, destine cota de leite “in natura” para o Município de Moreira Sales.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a criação com urgência, de uma delegacia especializada em furtos e roubos de veículos, no Município de Londrina.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, visando a criação de uma CIRETRAN no Município de Cambé.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando seja formada uma Comissão composta de no mínimo três Srs. Deputados, representando o Poder Legislativo para participar da visita ao “Projto Carajás”, no Estado do Pará.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Esta Mesa vai solicitar das Lideranças do PMDB, PDS e PFL que designem um Sr. Deputado para representar a sua Bancada.

Para representar o PMDB foi designado o Sr. Deputado Eduardo Baggio.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, anexando o Anteprojeto de Lei que trata da alteração da Lei Orgânica do ICM no tocante à incidência do ICM entre a diferença do preço a vista e a prazo realizado sem interferência de instituições financeiras.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Cultura e do Esporte e Superintendente da PARANATUR, pleiteando providências para a regularização da posse dos imóveis de 57 famílias de Matinhos, que tem suas propriedades no local onde seria implantado o Parque de Turismo.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. José Jamur Júnior, pela passagem do 30.º aniversário de suas atividades profissionais na imprensa paranaense.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, pleiteando a criação e instalação de um posto policial na Vila Guarujá, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, visando a

criação de uma feira do produtor rural no Conjunto Habitacional construído por mutirão, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a construção de mais quatro salas de aula para a Escola Vinícios de Moraes, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o afastamento do Delegado Jorge Batista Antunes, do Município de São João do Ivaí, bem como a apuração das acusações que são feitas ao mesmo, de estar cometendo arbitrariedades naquela Delegacia, como prisões ilegais, espancamento e ameaça de morte aos detentos e até mesmo, autorizando que policiais e presos “currem” mulheres recolhidas à Delegacia.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a criação de um convênio para melhor atender o gabinete dentário do Município de Roncador.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 03 de junho, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12/85.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/85.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 41, 42, 43, 44, 45 e 46/85.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 295/84 e 36/85. E dos Projetos de Resolução n.ºs 47, 48, 49, 50, 51 e 52/85.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1985.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e Basílio Zanusso.

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antonio Belinati, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz

Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Odeni Mongruel, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Airton Cordeiro, Augusto Carneiro, Dirceu Manfrinato, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Hermas Brandão, Homero Oguido, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (25). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO- procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Não havendo expediente a ser lido, nem oradores inscritos,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Lei n.º 325/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA"-ALA, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 124, de 21.11.84).

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Lei n.º 300/84, dispondo que o Conselho de Justificação é destinado a julgar, através de processo especial, da incapacidade de Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná para permanecer na ativa, conforme específica. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 126, de 26.11.84).

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Lei n.º 329/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LOANDA - APAE", com sede e foro no Município de Loanda, neste Estado. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 126, de 26.11.84.).

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Lei n.º 368/84, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor "GARIBALDI DUARTE REALE". **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 132, de 05.12.84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 369/84, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO JOÃO XXIII DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 132, de 05.12.84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 380/84, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor LUIZ GONZAGA PINTO. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 135, de 11.12.84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 382/84, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA NOSSA SENHORA APARECIDA -CEPRHUSA", com sede e foro no Município de Rio Bom. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 136, de 12.12.84).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 10.ª LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta e cinco, com a presença dos Senhores Deputados, Sérgio Spada, José Antônio Fonseca, Antônio Belinati, Francisco Escorsin e Arleir Tilfrid Ferrari Júnior, reuniu-se a Comissão de Terras Imigração e Colonização, na sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência na forma regimental de acordo com o artigo 40 Parágrafo Único do Regimento Interno, o Senhor Deputado Francisco Escorsin. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. procedido o sufrágio verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Senhores Deputados Sérgio Spada e José Antônio Fonseca, respectivamente para Presidente e Vice-presidente. Assumiu o cargo para o qual foi eleito o Senhor Deputado Sérgio Spada, agradeceu aos membros da Comissão a confiança nele depositada. O Senhor Presidente após determinar que esta Comissão se reunirá de acordo com o que diz o Regimento Interno desta Casa, indica a funcionária Angelina Garcia Pacheco, como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 21/05/85.

SÉRGIO SPADA - Presidente

ANGELINA GARCIA PACHECO - Secretária.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
B A L A N C E T E
ENCERRADO EM 30 DE ABRIL DE 1985

ATIVO	PASSIVO
<div>CIRCULANTE</div> <div>Banestado - C/C 3138 2.840.192</div> <div>Banestado - C/C 29600 9.877.729</div> <div>Banestado - C/C 30492 2.681.144</div> <div>Banestado - Poupança 1.672.982.370</div> <div>Valores Mobiliários 3.310.541.422</div> <div>Empréstimos Concedidos 137.760.569</div> <div>Títulos a Receber 669.500.000</div> <div>IRF Compensável 88.018.886</div> <div>5.894.202.312</div> <div>IMOBILIZADO</div> <div>Móveis e Utensílios 30.100</div> <div>DESPESAS</div> <div>Aposentados 339.606.580</div> <div>Serviços de Terceiros 3.164.640</div> <div>Materiais de Consumo 629.220</div> <div>Seguros 111.220</div> <div>Despesas Bancárias 3.665</div> <div>343.515.325</div> <div>TOTAL DO ATIVO 6.237.747.737</div>	<div>CIRCULANTE</div> <div>IRF a Recolher 8.224.420</div> <div>Seguros a Recolher (506.800)</div> <div>Títulos Descontados 669.500.000</div> <div>677.217.620</div> <div>PATRIMÔNIO</div> <div>Patrimônio Líquido 3.547.476.446</div> <div>RECEITA</div> <div>Renda de Contribuições 636.417.790</div> <div>Renda de Títulos 1.334.477.569</div> <div>Juros de Empréstimos 34.742.351</div> <div>Outras Rendas 7.415.961</div> <div>2.013.053.671</div> <div>TOTAL DO PASSIVO..... 6.237.747.737</div>

ODENI VILLACA MONGRUEL
Tesoreroiro

ARTAGÃO MATTOS LEÃO
Presidente

VICENTE P. RODACKI
Contador CRC-PR 6635

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO - COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
BALANCETE DO MÊS DE ABRIL DE 1985

ATIVO

DISPONÍVEL	
201.10 - Tesouraria	3.056.273.267
	<u>3.056.273.267</u>
EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
202.11 - Pessoal Civil	8.682.308.848
202.12 - Obrig. Patronais	684.292.101
202.21 - Mat. de Consumo	231.416.406
202.22 - S. T. e Encargos	3.665.393.140
202.23 - Desp. do Exerc. Ant.	2.443.035
202.31 - Sub. Sociais	464.000.000
202.41 - Inativos	2.247.532.353
202.42 - Pensionistas	343.073.880
202.43 - Salário Família	36.458.333
202.44 - Apoio Financ. a Est.	-0-
202.45 - Assist. Méd. Hosp.	100.000.000
202.46 - Out. Transf. a Pessoas	2.306.051
202.51 - Obras e Instalações	107.614.378
202.52 - Equip. e Mat. Perm.	461.213.279
	<u>17.028.051.834</u>

CONTAS PENDENTES	
203.11 - Desp. Diferida	-0-
203.12 - Out. Cont. Pend.	-0-
203.13 - Div. Responsáveis	490.761
	<u>490.761</u>

EXEC. DESP. EXTRA ORÇAMENTÁRIA	
204.11 - Receita Patrimonial	77.121.552
204.12 - Outras	-0-
	<u>77.121.552</u>

TOTAL DO ATIVO..... 20.161.937.414

DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO, em 02 de maio de 1985

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

PASSIVO

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
PESSOAL	
211.11 - Pessoal Civil	8.964.000.000
211.12 - Obrig. Patronais	700.000.000
211.13 - Inativos	2.267.000.000
211.14 - Pensionistas	349.000.000
211.15 - Salário Família	40.000.000
211.16 - Out. Transf. Pessoas	5.000.000
	<u>12.325.000.000</u>
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
211.21 - Mat. de Consumo	219.000.000
211.22 - S. T. e Encargos	2.722.000.000
211.23 - Desp. do Exerc. Ant.	6.000.000
211.24 - Sub. Sociais	348.000.000
211.25 - Apoio Financ. Est.	-0-
211.26 - Assist. Méd. Hosp.	100.000.000
	<u>3.395.000.000</u>

CAPITAL	
211.31 - Obras e Instalações	1.000.000.000
211.32 - Equip. Mat. Perm.	500.000.000
	<u>1.500.000.000</u>

CREDORES	
212.10 - Desp. Empenhada	697.206.914
213.10 - Desp. Processada	1.055.874.243
213.20 - Folha de Pagamento	29.439.199
213.30 - Restituições	3.498.776
	<u>1.786.019.132</u>

CONTAS PENDENTES	
215.10 - Out. Cont. Pendentes	13.671.028
215.11 - Ext. dos Centavos	8
	<u>13.671.036</u>

RESTOS A PAGAR	
216.10 - Empenhadas	15.621.131
216.20 - Processadas	198.000
216.30 - Cred. em Consignações	-0-
216.40 - Proc. Fol. Pagamento	-0-
	<u>15.819.131</u>

CREDORES DIVERSOS	
217.10 - Consignações	625.477.437
	<u>625.477.437</u>

RECEITA PATRIMONIAL	
218.10 - Rec. de Aplicações	500.950.678
218.11 - Rec. Diversas	-0-
	<u>500.950.678</u>

TOTAL DO PASSIVO 20.161.937.414